

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

Trata-se do Pregão Eletrônico nº 27/2025, instaurado com fundamento na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU e no Termo de Referência integrante do Edital, com a finalidade de assegurar suporte médico de emergência durante os Jogos Universitários Brasileiros – JUBs.

A sessão pública realizou-se em 03 de outubro de 2025, contando com a participação de duas empresas. Após a etapa de lances, verificou-se que os Itens 2 (Ambulância Tipo C) e 3 (Ambulância Tipo B) restaram fracassados, uma vez que todas as propostas apresentadas superaram os valores estimados, razão pela qual foram desclassificadas, nos termos do item 13.3 do Edital, que veda a aceitação de valores acima do previsto.

Quanto ao Item 1 (Ambulância Tipo D), a empresa J LIMA CIA LTDA apresentou a proposta de R\$ 3.480,00, inferior ao valor estimado, sendo classificada provisoriamente em primeiro lugar. Entretanto, a empresa A & G Serviços Médicos LTDA manifestou intenção de interpor recurso, instaurando a fase recursal, ainda em curso.

De acordo com o Termo de Referência, o início da execução dos serviços estava previsto para o dia 05 de outubro de 2025. Todavia, considerando que os prazos recursais se estendem até 13 de outubro de 2025, mostra-se inviável a conclusão do certame em tempo hábil, o que compromete a finalidade da contratação e a utilidade do objeto.

O item 27.2 do Edital confere à CBDU a prerrogativa de revogar ou cancelar o processo seletivo, sem que caiba às empresas participantes direito à indenização. A Política de Compras da entidade, por sua vez, estabelece que os processos devem observar os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade (art. 11), prevendo ainda a possibilidade de revogação por conveniência e oportunidade (art. 55, II), bem como a prerrogativa de revogar o processo antes da formalização contratual (art. 77).

Tal medida encontra respaldo também na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a prerrogativa da Administração Pública de revogar seus atos por motivos de conveniência e oportunidade, desde que devidamente fundamentados, e na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que admite a revogação sempre que a continuidade do processo não atende ao interesse público.

Diante desse cenário, verifica-se que a insistência na manutenção do certame afrontaria os princípios da supremacia do interesse público, da eficiência e da economicidade, além de colocar em risco a segurança e a integridade física dos participantes do evento, finalidade essencial da contratação.

Cabe, portanto, à CBDU adotar a medida mais adequada para evitar contratações ineficazes, preservando a legalidade, a moralidade administrativa e a racional aplicação dos recursos.

Assim, considerando o comprometimento da finalidade da contratação em virtude da incompatibilidade entre os prazos recursais e a data de início prevista para a execução contratual, a ausência de adjudicação e homologação e a necessidade de resguardar o interesse público, a segurança dos participantes e a efetividade dos recursos, **DECIDO PELA**

REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico SRP nº 27/2025, com fundamento no item 27.2 do Edital, nos artigos 55, II e 77 da Política de Compras da CBDU, e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Determino, ainda, que a presente decisão seja amplamente divulgada nos mesmos meios utilizados para a publicação do Edital, de modo a garantir a transparência, a publicidade do ato e a ciência das empresas participantes.

Alim Maluf Neto

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário
(Autoridade Competente)